
Acessibilidade como instrumento do direito à cidade na ilha do Maranhão: o caso da comunidade do Jaracaty em São Luís-MA

CUNHA, Hermeneilce Wasti Aires Pereira¹
MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de²
COSTA, Thiago Ronyerisson Silva³

Recebido (Received): 12/12/2023 Aceito (Accepted): 02/02/2024

Como citar este artigo: CUNHA, H.W.A.P.; MATTOS JÚNIOR, J.S.; COSTA, T.R.S. Acessibilidade como instrumento do direito à cidade na ilha do Maranhão: o caso da comunidade do Jaracaty em São Luís-MA. **Geoconexões online**, v.4, n.1, p.40-51, 2024

RESUMO: O fenômeno do crescimento urbano é examinado como uma construção social, destacando a relação entre o poder econômico e a qualidade de vida urbana. Este artigo destaca que as áreas nobres são ocupadas por indivíduos mais abastados, enquanto os menos afortunados residem em regiões periféricas, frequentemente em condições precárias. O objetivo principal do estudo é analisar a acessibilidade para pessoas com deficiência física na ilha do Maranhão, especificamente na comunidade do Jaracaty em São Luís. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica e documental sobre acessibilidade, deficiência, planejamento urbano e normativas relacionadas, complementada por observações de campo na área de estudo. A pesquisa enfoca as categorias de acessibilidade e mobilidade e a necessidade de políticas públicas efetivas nesse âmbito. Os resultados indicam que a implementação de políticas públicas inclusivas pode melhorar significativamente a qualidade de vida de minorias, como as pessoas com deficiência física. O estudo enfatiza ainda que o direito à cidade é para todos, apesar dos desafios na implementação de políticas em ambientes urbanos, especialmente em comunidades marginalizadas. Por fim, a pesquisa reforça a importância da equidade e da inclusão nas práticas de planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Espaço urbano, Ilha do Maranhão.

Accessibility as an instrument of the right to the city in the island of Maranhão: the case of the Jaracaty community in São Luís-MA

ABSTRACT: The phenomenon of urban growth is examined as a social construct, highlighting the relationship between economic power and the quality of urban life. This article points out that affluent individuals occupy the noble areas, while the less fortunate reside in peripheral regions, often in precarious conditions. The main objective of the study is to analyze accessibility for people with physical disabilities on the island of Maranhão, specifically in the Jaracaty community in São Luís. The methodology includes bibliographic and documentary research on accessibility, disability, urban planning, and related regulations, complemented by field observations in the study area. The research focuses on the categories of accessibility and mobility and the need for effective public policies in this area. The results indicate that the implementation of inclusive public policies can significantly improve the quality of life for minorities, such as people with physical disabilities. The study also emphasizes that the right to the city is for everyone, despite challenges in policy implementation in urban environments, especially in marginalized communities. Finally, the research reinforces the importance of equity and inclusion in urban planning practices.

KEYWORDS: Accessibility, Urban Space, Island of Maranhão.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e graduada em Geografia. E-mail: wasti_uema@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9894-2981>

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e graduado em Geografia. E-mail: sampaio.uema@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0593-7612>

³ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e graduado em Geografia. E-mail: ronyrm@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3405-0017>

INTRODUÇÃO

O processo de surgimento e manutenção das cidades recebe a denominação de crescimento urbano. Esse fenômeno é intrinsecamente social, uma vez que sua construção é fruto das relações entre indivíduos que compõem uma sociedade. Nesse sentido, a primeira informação necessária, a qual servirá como ponto de ancoragem para a compreensão dos demais conceitos que serão apresentados neste artigo, é entender a cidade como uma produção humana. Para Santos (2014), é importante observar que as cidades se constituem como realização humana e vão se estabelecendo ao longo de um processo histórico que resultam em assentamentos humanos com variadas características, formas e funções.

Dessa forma, o espaço urbano evoluiu, acompanhado de um aumento crescente de população em função do êxodo rural (urbanização), no qual grande parte das pessoas que viviam no campo, agora habitam em cidades. Muitos desses espaços, no entanto, não estavam preparados para receber esse contingenciamento populacional, o que desencadeou em diversos problemas como a falta de recursos educacionais, hospitalares, aumento da violência, marginalização, ocupações irregulares, dentre outros.

A cidade desde sua constituição foi marcada por relações econômicas, nas quais quem detém o maior capital, vive melhor. Da mesma forma, a cidade contemporânea fora evoluindo sobre essa ótica, onde as pessoas com maior poder aquisitivo habitam nas áreas mais nobres. Por outro lado, a classe com menor acúmulo de capital sofre com a ausência de qualidade de vida, habitando em regiões periféricas, muitas vezes em condições insalubres de habitação, e de mobilidade.

O bairro do Jaracaty, localizado em São Luís (MA), como muitos outros bairros urbanos no Brasil, enfrenta desafios significativos em termos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Estes desafios são multifacetados, abrangendo desde a infraestrutura física até políticas públicas inadequadas.

Primeiramente, a infraestrutura física do bairro muitas vezes não atende às necessidades dessa parcela da população. Calçadas estreitas e irregulares, a ausência de rampas de acesso e sinalização tátil são barreiras comuns. Esses problemas são agravados pela manutenção inadequada de espaços públicos, como ruas esburacadas e calçadas bloqueadas por obstáculos, que dificultam ainda mais a locomoção.

Além disso, o transporte público é outra área crítica. A falta de veículos adaptados e de infraestrutura apropriada nas estações e pontos de ônibus limita seriamente a mobilidade das pessoas com deficiência. Esta situação contribui para a exclusão social, pois impede

que esses indivíduos participem plenamente de atividades cotidianas, como trabalho, educação e lazer.

Questões de planejamento urbano também desempenham um papel crucial. Frequentemente, o crescimento urbano em bairros como o Jaracaty não leva em consideração as necessidades de acessibilidade, resultando em um ambiente urbano que exclui e marginaliza pessoas com deficiência. Isso é particularmente problemático em áreas com crescimento desordenado e expansão rápida.

Políticas públicas eficazes são essenciais para abordar essas questões. Isso inclui não apenas a criação de leis e regulamentos que garantam a acessibilidade, mas também a sua implementação e fiscalização efetiva. Infelizmente, há uma lacuna entre a legislação existente e a realidade prática, muitas vezes devido à falta de recursos, conscientização ou vontade política.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço coordenado que envolva o governo, a sociedade civil e as comunidades locais. Ações podem incluir o redesenho de espaços públicos, investimento em transporte acessível e programas de sensibilização e formação que promovam a inclusão de todas as pessoas no tecido urbano.

Em resumo, o bairro do Jaracaty enfrenta uma série de desafios de acessibilidade que requerem uma abordagem multifacetada e inclusiva. A superação desses desafios é fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, possam desfrutar de uma vida urbana plena e participativa.

Com bases nessas considerações, este trabalho visa investigar as relações de desigualdade e acessibilidade nas áreas urbanas, sobretudo em relação a problemáticas relacionadas a infraestrutura, com ênfase na comunidade do Jaracaty, localizada em São Luís, no estado do Maranhão, uma das muitas ocupações irregulares existentes na capital maranhense.

O CAMINHAR METODOLÓGICO

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizado o método dialético, pois ele se fundamenta na contradição inerente ao fenômeno e na mudança que ocorre na sociedade. Sendo assim, considera-se que as condições de acessibilidade dão origem a contradições, pois podem ser modificadas a qualquer momento, tendo assim, novas contradições.

Adota-se ainda a abordagem bibliográfica, uma vez que a pesquisa fundamentou-se em suportes teóricos como: livros, revistas, teses, dissertações e artigos científicos de autores respaldados na temática em questão, bem como o uso de dados secundários, mediante busca de dados estatísticos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Foram realizadas pesquisas de campo, com o intuito de se aproximar do objeto de estudo e registrar fotografias das áreas, coletando assim, dados para responder ao problema de pesquisado apresentado.

As informações que foram obtidas a partir dos registros fotográficos forneceu uma visão clara acerca das condições de acessibilidade. Também, foi realizada a análise dos dados coletados nas etapas anteriores junto ao Grupo de Estudos Urbanos (GEURB/APOENA), a fim de obter a troca de conhecimento sobre a situação dos sujeitos sociais e espaciais que circulam na cidade, em especial as pessoas com deficiência.

Foram construídos mapas temáticos e de localização das áreas da pesquisa, para compreender as dificuldades de locomoção e as barreiras arquitetônicas referentes à área da pesquisa. Os registros fotográficos foram divididos em duas etapas, a primeira aconteceu nos meses de novembro e dezembro do ano de 2021 e a segunda etapa entre os meses de março a junho do ano de 2022.

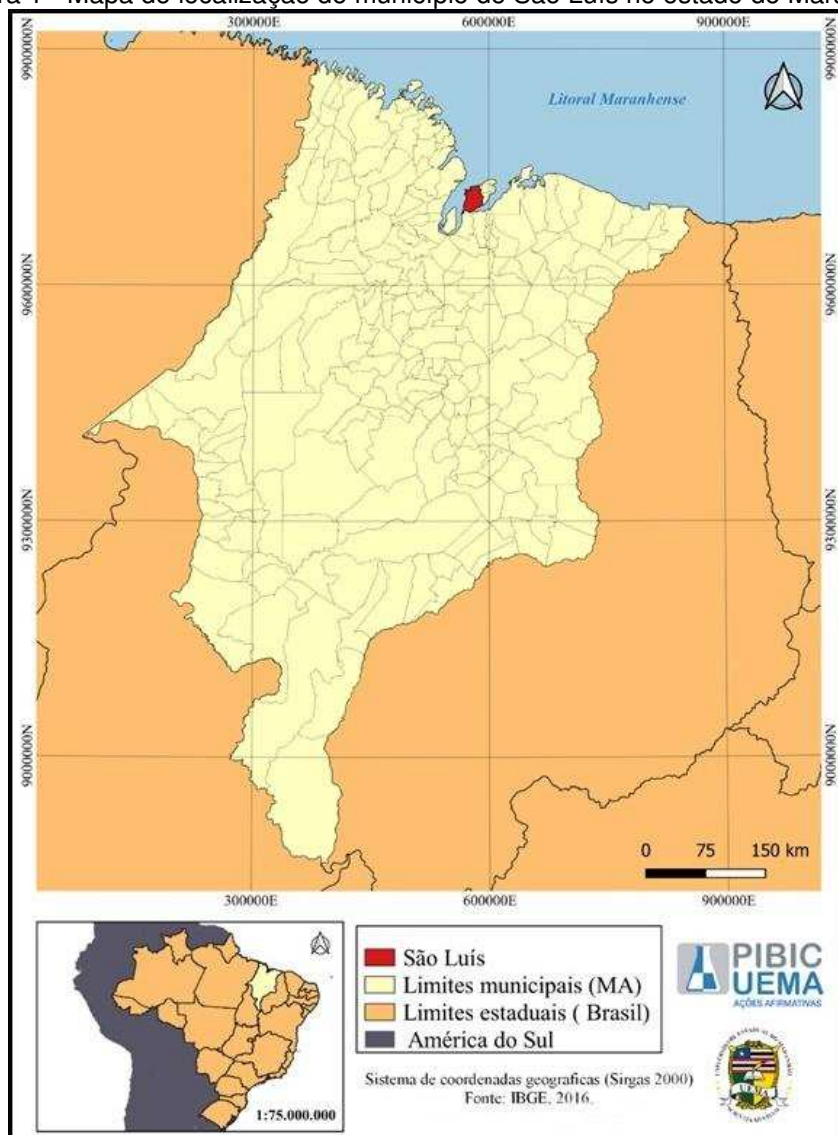
Destaca-se ainda que, nos anos de 2020-2021, o risco de contágio da Covid-19 ocasionou obstáculos inimagináveis para o trabalho de campo em diversos âmbitos da ciência, tal qual na Geografia e nas áreas pesquisadas. Assim, tornou-se complexo dar seguimento ao trabalho de campo com rígidas restrições de deslocamento e contatos interpessoais impostos pelo momento que todos viviam, sendo necessárias adaptações frente a tantas incertezas.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de São Luís (figura 1), sede do recorte espacial deste trabalho (comunidade Jaracaty) e capital do estado do Maranhão, também é cercada por outros três municípios, a saber: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Estes experimentaram um processo de conurbação, no qual o crescimento urbano de São Luís se estendeu para áreas adjacentes, formando uma área metropolitana contínua. Esse processo reflete tanto o crescimento econômico quanto os desafios de planejamento urbano, como a expansão desordenada e a necessidade de melhorar a infraestrutura e os serviços públicos.

A comunidade do Jaracaty, o principal foco deste estudo, está localizada dentro de São Luís. Esse bairro é um exemplo da diversidade e da complexidade urbanas da cidade, mostrando tanto o desenvolvimento moderno quanto os desafios sociais enfrentados por muitos de seus moradores.

Figura 1 - Mapa de localização do município de São Luís no estado do Maranhão



Fonte: IBGE, 2016.

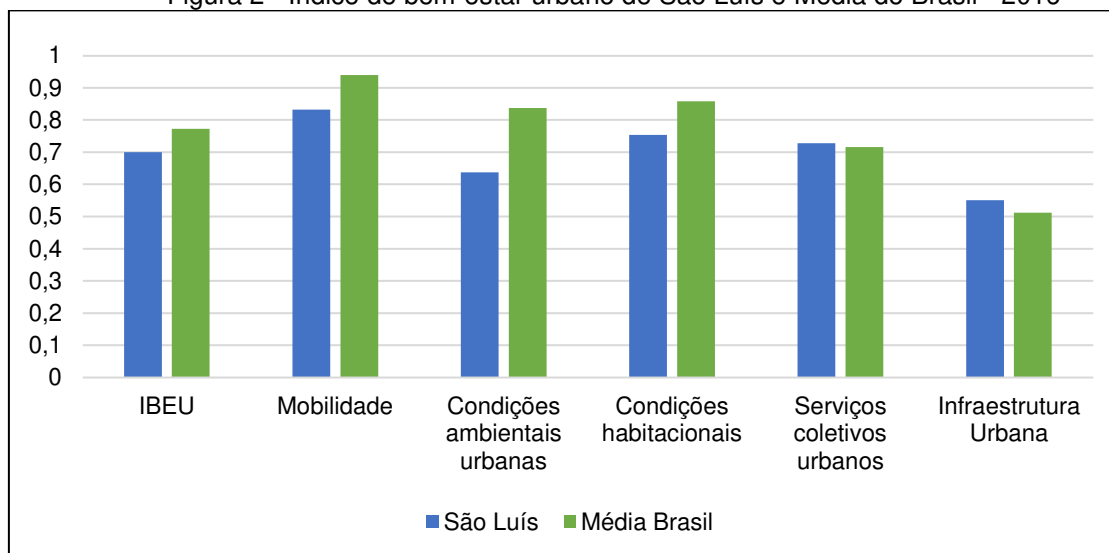
A REDE URBANA LUDOVICENSE: problemáticas

Burnett (2008) trata da urbanização modernista da cidade. Em especial, na segunda fase que aborda as mazelas socioespaciais desencadeadas pela expansão desordenada do processo de urbanização na cidade. Dentre os problemas, surge a falta de qualidade, habitação e acesso a redes de saneamento básico e de saúde.

Devido a esse crescimento, a cidade enfrentou problemas socioeconômicos notáveis. O aumento desordenado da população gerou questões de habitação, saúde, segurança e contribuiu para o aparecimento de assentamentos irregulares, palafitas e favelas. Essas dificuldades têm se intensificado com o avanço da urbanização (Diniz, 2007).

Apesar de alguns documentos oficiais comprovarem uma lenta e gradativa melhora no campo estrutural de São Luís, a cidade visivelmente ainda apresenta algumas defasagens em relação a esse aspecto. A figura 2 mostra Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) da cidade, considerando os critérios e sua comparação com a média nacional.

Figura 2 - Índice de bem-estar urbano de São Luís e Média do Brasil - 2016



Fonte: INCT Observatório das Metrôpoles, 2016.

Esses dados evidenciam os baixos índices de bem-estar urbano presentes na capital maranhense, que podem ser notados em macro escala, mas também dentro dos próprios bairros da cidade. Em São Luís, segundo Diniz (2007), é percebido que:

A cidade enfrentou desafios socioeconômicos evidentes. O crescimento populacional descontrolado acarretou questões de habitação, saúde e segurança, além de promover o aparecimento de moradias irregulares, como palafitas e favelas. Essas problemáticas têm se agravado progressivamente com a expansão da urbanização (Diniz, 2007, p. 52).

No entanto, essas questões poderiam ser resolvidas ao longo do tempo, sobretudo pelo agente regulador do espaço, o Estado, que deveria primar pela qualidade de vida da população, independentemente de sua condição social. No entanto, há uma manutenção da fragmentação da cidade, provocada por agentes produtores do espaço, sobretudo neste caso, os proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários que regem o uso e cobertura do solo urbano, deixando inclusive o próprio Estado subalterno.

Há múltiplas cidades dentro de uma única cidade. Esse fenômeno surge da contraposição entre diferentes padrões de vida e setores de atividade econômica, ou seja,

entre classes sociais. Ele pode ser observado e quantificado pela análise diferenciada de características habitacionais e de serviços em cada bairro, bem como pelas interações entre as diversas partes do tecido urbano (Milton Santos, 2008).

As áreas de periféricas, sobretudo em sua gênese não possuíam auxílio do Estado em termos de acesso a serviços básicos. Santos e Silva (2011) destacam que o processo de ocupação espontânea na cidade também desencadeou grandes problemas urbanos (figura 3). Em função disso, a urbanização ludovicenses tem adquirido caráter horizontal, ou seja, construção de casas, processo que, segundo os autores, viria a mudar sobretudo com a apropriação da cidade pelos proprietários dos meios de produção e dos imobiliários, que não se interessavam pelas comunidades periféricas.

Figura 3 - Mapa com visibilidade do contraste habitacional



Fonte: O próprio autor.

A figura acima apresenta a localização e o contraste de habitação na área de estudo, considerando que a comunidade se localiza ao lado de um condomínio de alto padrão. Ao mesmo tempo em que a população residente no condomínio é beneficiada com recursos de água encanada, área de lazer e outros, os moradores da “casa ao lado” sequer possuem aparelhos sanitários no interior das suas residências.

O Estado, ora subalterno, ora omissivo, apresenta opções alternativas ofertando os mesmos serviços “gratuitos”, porém em quantidade e qualidade inferior, que não acompanha a demanda da população. Do outro lado, há espaços que sobram moradias e vagas em escolas e hospitais, mas que não podem ser habitadas por aqueles que não detêm o capital para adquirir tais serviços. Assim, reafirma-se de que a ideia do direito a cidade é seletiva e atrelada à questão econômica: “o solo deixa de ser simplesmente a base física para a construção da casa, e abre caminho para que prevaleça a lógica do lucro, ampliando a segregação social na cidade.” (Moura; Ultramari, 1996, p. 28).

Em São Luís, uma parte de sua população ainda vive nas regiões periféricas, e as desigualdades de acesso a uma habitação digna ainda são notáveis, conforme exposto nas figuras 4 e 5 a seguir.

Figura 4 e 5 - Contraste de habitação em São Luís, MA



Fonte: O próprio autor.



Fonte: O próprio autor.

Observa-se que a desigualdade habitacional ainda predomina na cidade de São Luís. Nas duas imagens é possível notar moradias construídas no sentido horizontal (a grande maioria incluída na zona periférica) e, ao fundo, edificações verticais, condomínios de auto padrão.

Nesse sentido, ainda que os documentos oficiais mostrem que a população da cidade seja majoritariamente urbana, isso não se coaduna com a questão da qualidade de habitação dessa população. O fato é que quanto maior o poder aquisitivo do indivíduo e sua importância para os agentes produtores do espaço, melhor será sua qualidade de vida na cidade, em detrimento daqueles que são desprovidos de poderio econômico.

AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Como já mencionado, o processo de urbanização da cidade de São Luís não ocorreu de forma planejada e, nesse sentido, essa região recebe o título de cidade espontânea. Assim, o espaço não foi construído com base nas pessoas que dependem de uma acessibilidade especial, como cadeirantes. Dessa forma, ainda é perceptível localizar diversos pontos da cidade, onde esses indivíduos sentem dificuldade de acessar em função da ausência de estruturas adequadas.

Essas dificuldades de acesso à cidade por parte dos cadeirantes são muito discutidas em obras científicas. Cunha (2012), em sua tese de doutorado, analisou as condições de acessibilidade para cadeirantes na cidade de São Luís. O teórico identificou que para além das dificuldades de acesso a estruturas físicas, ou seja prédios, rampas e estabelecimentos públicos, há também inacessibilidade no transporte, no qual grande parte dos elevadores dos ônibus não funciona, tornando muitas vezes inviável o acesso a esse meio de locomoção, tão inerente a vida no espaço urbano.

Assim, a dificuldade enfrentada por um usuário de cadeira de rodas ao se locomover pela cidade é resultado de diversos fatores, incluindo os elementos que constituem a cidade, seus trajetos, mobiliário urbano e as pessoas que ocupam os espaços urbanos da capital maranhense (Cunha; Guimarães, 2012). Essas condições insalubres podem ser encontradas em diversas partes da cidade. No entanto, as áreas periféricas são as que mais sofrem com a ausência de políticas públicas em acessibilidade.

As imagens evidenciam um pouco das dificuldades que pessoas com deficiências enfrentam em áreas da cidade, por exemplo o bairro Jaracaty (figuras 6 e 7), cuja maioria das vias de locomoção são construídas de forma improvisada e que atualmente estão em estado de deterioração, dificultando a movimentação, sobretudo daqueles que dependem de cadeiras de rodas.

Figura 6 - Pontes de madeira



Fonte: O próprio autor.

Figura 7 - Acumulação de lixo



Fonte: O próprio autor.

No entanto, a cidade de São Luís, como pontua Cunha e Guimarães (2014), é multifacetada. Assim, como destaca Sposito (2004), cada fração da cidade deve ser analisada de acordo com suas especificidades, mas ao mesmo tempo é necessário entender que cada fração se interliga entre si formando um único espaço, ainda que com vários lugares, os quais com o tempo abarcam as mesmas características e culminam para o mesmo processo. Essas múltiplas frações da cidade também são encontradas em São Luís. Moradia, comércio, serviços e lazer, tudo junto funcionando a partir de investimentos públicos e privados (CUNHA, 2012).

A cidade de São Luís, apesar de ser uma capital e possuir atributos como o título de patrimônio cultural da humanidade – como, o bumba-meu-boi, o porto do Itaqui, o reggae, entre outros –, enfrenta demandas básicas urgentes. É crucial discutir qual tipo de cidade desejamos. Queremos manter o status atual, marcado por numerosos problemas e intensa segregação socioespacial? Ou almejamos uma cidade mais justa, tanto social quanto ambientalmente? (Ferreira, 2009).

De acordo com essas reflexões, nota-se que a cidade de São Luís apresenta diversas barreiras estruturais. Sobretudo aquelas que inibem o direito de acesso a cidade e a seus recursos. Ainda que esse processo de evolução da qualidade de vida urbana avance de fato, se não for igual para todos, independentemente da classe social, não haverá a materialização de uma “cidade para todos”, como explana o slogan da prefeitura da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as reflexões aqui apresentadas, foi possível constatar as diversas complexidades que circundam o espaço urbano. Entendemos esse espaço como centro das ações humanas, que se oficializam por meio da relação de produção e consumo. Esse processo evolui e se modifica, está sempre se transformando, sobretudo em fragmentações (desigualdades socioespaciais).

Tanto no Brasil, como na cidade de São Luís, essa fragmentação também ocorre. Nota-se na capital maranhense uma diferença explícita entre as áreas mais nobres da cidade, (Renascença, Calhau, Litorânea, parte do São Francisco), com comunidades ao seu entorno, como a comunidade do Jaracaty. Foi possível notar mazelas que cercam esse espaço, tais como ruas sem condições de tráfego, em estado deplorável, desigualdades de habitação e áreas de insalubridade.

Contudo, mesmo estando as cidades em processo de aprimoramento, essa noção de melhoria precisa incluir todos os indivíduos que nelas residem. Além disso, deve-se buscar não apenas o avanço em termos habitacionais, mas também o desenvolvimento efetivo de todos os recursos essenciais para a sobrevivência humana.

Portanto, ao vislumbrar o desenvolvimento urbano, é imprescindível que se adote uma abordagem holística, que não apenas melhore as condições habitacionais, mas também garanta a igualdade de acesso a serviços essenciais e oportunidades. Uma cidade verdadeiramente evoluída é aquela que promove a inclusão e o bem-estar de todos os seus habitantes, independentemente de sua localização ou status socioeconômico. Assim, a busca por uma "cidade harmônica" envolve o desafio de equilibrar crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

BURNETT, Frederico Lago. Estado, interesses privados e a permanência da crise do "Centro Histórico": políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão. *Revista de Políticas Públicas*, v. 12, n. 2, p. 93-102, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127274010.pdf> Acesso em: 10 fev. 2023.

CUNHA, Hermeneilce Aires Pereira Cunha; GUIMARÃES, R. B. São Luís para todos? O cadeirante nas múltiplas cidades da capital maranhense: o centro histórico [Dissertação de doutoramento publicada] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2012.

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. *Ciências Humanas em Revista*, v. 5, n. 1, p. 169-171, 2007. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468211041_ARQUIVO_CILICIABRITOeIURYWATANABE-XVIIIENG.pdf Acesso em: 12 fev. 2023.

FERREIRA, Antônio José Araújo. São Luís do Maranhão: em que cidade vivemos? Que cidade queremos no quarto centenário? *Humanas em Revista*, v. 7, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br/index.php/produto/a-producao-do-espaco-urbano-em-sao-luis-do-maranhao/> Acesso em: 02 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Malha Municipal. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15774-malhas.html> Acesso em: 12 jan. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INCT). Observatório das Metrôpoles. 2016. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/> Acesso em: 30 jan. 2023.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, C. O que é periferia urbana. Editora Brasiliense. 1996.

SANTOS, Milton. Manual de geografia urbana. Editora Edusp, 2008.

SANTOS, L. E. N.; SILVA, J. P. Produção e fragmentação do espaço urbano de São Luís - MA. In: Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Editora EDUFMA. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/site/> Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTOS, A E. Do surgimento da cidade ao processo deconurbação: elementos teóricos para análise. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br /conteudo/view?ID_CONTEUDO=66](http://www.cbg2014.agb.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=66) Acesso em: 20 fev. 2023.

SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e Urbanização. 16 ed. Contexto. 2004.